

UMA PROPOSTA DE INCLUSÃO SOCIAL EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Fortaleza/CE Maio/2016

Francisco Ivonilton Rocha da Silva - Centro Universitário Crhistus - Unichristus -
ivoniltonrocha@gmail.com

Blanca Martín Salvago - Universidade Católica Dom Bosco - blanca@ucdb.br

Tipo: INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA (IC)

Natureza: RELATÓRIO FINAL DE PESQUISA

Categoria: PESQUISA E AVALIAÇÃO

Setor Educacional: EDUCAÇÃO SUPERIOR

RESUMO

O estudo ora delineado funda-se na pesquisa bibliográfica para tentar compreender como podem ser estabelecidas práticas de inclusão social por meio da Educação a Distância (EaD) às pessoas com deficiência? Tendo-se como objetivos específicos: i) identificar os modelos de práticas inclusivas de pessoas com deficiência existentes em EaD, e, ii) analisar como essas práticas podem ser incluídas no modelo de ensino à distância. Visando elucidar tais questões foi feito um recorte temporal do período de setembro 2009 a março de 2016, onde foram analisados os programas pedagógicos de cursos a distância de três Instituições de Ensino Superior (IES) situadas na capital de Fortaleza que ofertam cursos a distância para todo o estado do Ceará. Verificou-se que os programas não contemplam propostas de inclusão no modelo de ensino a distância para pessoas com deficiência. Percebeu-se ainda um gap em termos de projetos e propostas de pesquisas sobre o tema.

Palavras-chave: 1 Pessoas com Deficiência. 2 Educação a Distância

INTRODUÇÃO

A não contemplação de práticas inclusivas no modelo de educação a distância (EaD) das pessoas com deficiência, outrora definidas como pessoas portadoras de necessidades educativas especiais (NEE), nos impõe a pretensão da realização de um estudo bibliográfico sobre o assunto porque acreditamos que uma sociedade mais justa é aquela que respeita as diferenças dos seus cidadãos.

O porquê do tema deve-se ao fato do pretense pesquisador atuar como tutor e também como professor em cursos de educação a distância desde o ano de 2009 até a presente data, em três instituições de ensino superior, uma pública e duas privadas. Nesse interim, analisando o instrumento do Ministério da Cultura e Educação (MEC), que é utilizado para a validação e autorização para o funcionamento de cursos na modalidade à distância em IES, as Referências de Qualidade para Educação Superior a Distância datada de 2007, percebemos que o instrumento apesar de determinar práticas de educação inclusiva de pessoas com deficiência, estas não são adotadas pelas respectivas instituições em pauta.

A nossa experiência aproxima-nos da realidade vivenciada nos cursos de EAD, fato que possibilita-nos inferir sobre questão tão relevante como a da inclusão de pessoas com deficiência, uma vez que o propósito da IES é possibilitar educação para todos, dando aos habitantes de áreas onde não existem núcleos de formação superior a oportunidade de terem uma formação profissional, de ampliarem seus conhecimentos, enfim de serem inseridas no tecido social, nosso estudo aponta que falham essas instituições ao não observarem que a inclusão social é bem mais ampla, e que deve abranger a todo o espectro do corpo social.

Visitando a História da Educação no Nordeste Brasileiro, obra de Vasconcelos, Carvalho et al (2006), não foi encontrado nenhum modelo ou prática de EAD voltada ao público em questão. Esse vazio sobre o tema suscita-nos a arriscar uma empreitada sobre o mesmo sendo este o elemento norteador que fundamentará a pesquisa bibliográfica aqui pretendida.

Partindo-se da contextualização realizada, emerge a questão angular deste estudo: Por que as práticas inclusivas em educação a distância não são evidenciadas nos programas e planejamentos de cursos em EaD? A obrigatoriedade de atendimento à portadores de deficiência torna-se evidente no momento em que o fenômeno se apresenta diante da instituição. Entendemos que um Projeto Pedagógico não pode contemplar as diversas variáveis que envolvam as necessidades e dar a devida atenção aos portadores de deficiência, no entanto acreditamos que tais projetos deveriam pelo menos reservar em seu escopo o espaço para que à medida que as necessidades forem surgindo, estas possam ser inseridas e absorvidas por todos os participantes do processo como um complemento ao Projeto. E, ainda, o mesmo deve prever treinamento e preparação dos envolvidos. Apesar da Lei abordar o tema da acessibilidade, principalmente no que diz respeito à infraestrutura, esta na prática não foi por exemplo, observada de fato nas IES em questão, daí apontarmos como objetivos secundários: identificar os modelos de práticas inclusivas existentes atualmente nos cursos de EaD; e analisar como essas práticas podem ser implementadas no modelo de ensino a distância. Para atingir os objetivos aqui colimados, foi feito um recorte temporal, dos anos de 2010 a 2015, com o propósito de analisar os cursos de EaD de três Instituições de Ensino Superior (IES), que adotaram também como modelo de ensino a modalidade a distância como uma segunda alternativa de ensino para atender as demandas do mercado cearense.

A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL NESTE SÉCULO

Sassaki, (2010) em seu artigo: Eufemismo na contramão da inclusão, afirma não haver uma terminologia que defina bem todas as deficiências ou que seja abrangente o suficiente para

atender as diversas patologias. A definição legal explicitada no artigo segundo da Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, a qual instituiu estatuto da pessoa com deficiência diz o seguinte:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

§ 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:

I – os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;

II – os fatores socioambientais; psicológicos e pessoais;

III - a limitação no desempenho de atividades; e,

IV – a restrição de participação.

Percebe-se que a preocupação com a inclusão de pessoas com deficiência deixa de ser uma demanda apenas dos próprios deficientes, e passa a ser uma ordem estatal, a partir da criação da Lei, o estado evoca para si o poder de cobrar socialmente a inclusão social dos portadores de deficiência.

A tendência de uma maior interatividade do tecido social por meio das redes sociais virtuais protagoniza outra face do convívio humano, as sociedades virtuais. O modelo de uma sociedade baseada no consumo parece começar a ser substituído por esse novo modelo de sociedade, muito mais consciente e interligada. Todo esse movimento é muito interessante, não obstante, nem todos os cidadãos fazem parte desse novo modelo de sociedade cibernética.

Ao imaginarmos a tecnologia, uma visão instrumentalizada nos vem à mente, pensamos nos aspectos tangíveis das tecnologias, ou seja, máquinas e equipamentos nos esquecemos porém da sua intangibilidade. Neste sentido, temos uma sociedade cibernética que se utiliza de máquinas e equipamentos para se conectar virtualmente, interagir grupalmente. Essas novas tecnologias são desenvolvidas para um público variado, mas mesmo assim não atende as necessidades dos cidadãos como um todo. Litwin (1997), entende ser importante pensar em inovações, reconhecendo a necessidade de criá-las em contextos educacionais definidos, porém que a sua implantação tenha um direcionamento e atenda as diversas necessidades dos educandos.

Portanto: “a tecnologia posta à disposição dos estudantes tem por objetivo desenvolver as possibilidades individuais, tanto cognitivas como estéticas, através de múltiplas utilizações que o docente pode realizar nos espaços de interação grupal.” (Litwin, 1997, p.10), deparamo-nos com uma realidade nova, a da sociedade cibernética e da educação através de novos instrumentos tecnológicos que devem servir a todos sem distinções. Essa nova visão é um paradigma à atual exclusão cibernética.

1. A EXCLUSÃO CIBERNÉTICA

Os excluídos cibernéticos, pessoas com deficiências, na maioria das vezes são deixadas de fora do tecido social virtual, seja porque não lhes foi dada uma oportunidade de inserção social tecnológica, seja pelas próprias limitações das deficiências ou necessidades que precisam ser observadas para que a partir da compreensão dessas diferenças, as tecnologias ora desenvolvidas venham também contemplar essa parte do corpo social que dela necessita para sentir-se incluída

socialmente.

Tal entendimento conduz-nos à percepção de que as tecnologias devem atender a toda coletividade, todo indivíduo pode ter acesso às redes sociais independentemente de serem ou não pessoa com deficiência. Neste sentido, introduzir no modelo de Educação a Distância (EAD), práticas de educação inclusiva tornar-se algo imprescindível para que possamos ser uma sociedade mais justa e igualitária.

De acordo com Moore e Kearsley, (2008, p.21):

Alunos com deficiência física também poderão ter acesso aos cursos ministrados às demais pessoas, mesmo permanecendo em suas residências ou instituições. Adultos que precisarem de treinamento especializado para melhorar seu desempenho profissional ou obter aptidões básicas poderão fazer cursos sem ter que se afastar de casa ou do trabalho.

Depreende-se, do que foi dito acima, que a inclusão social pode se dar por meio de um sistema educacional inclusivo em toda sua plenitude, portanto, “a seleção de uma tecnologia de transmissão específica ou da combinação de tecnologias deve ser determinada pelo conteúdo a ser ensinado, quem deve ser ensinado e onde o ensino ocorrerá” (MOORE; KEARSLEY, 2008, p.20). Ressalta Belloni (2006, p. 5) que “as mudanças deverão então ocorrer no sentido de aumentar a oferta de oportunidades de acesso e ao mesmo tempo diversificar esta oferta de modo a adaptá-las às novas demandas”. Percebemos a necessidade de uma educação voltada para todos os brasileiros e brasileiras, num formato de pedagogia da tolerância (FREIRE, 2014).

A tolerância há de ser resgatada no modelo de EaD, numa visão mais ampla no sentido de atender as demandas não apenas socioeconômicas, mas principalmente as expectativas de uma sociedade mais justa, humana e igualitária em oposição direta ao sistema bancário citado por Freire (1996), que nada mais é do que uma educação direcionada para o trabalho e produção.

1. O POSITIVISMO E A EDUCAÇÃO VOLTADA PARA O MERCADO

O paradigma positivista educativo ora institucionalizado, baseado num modelo de sociedade centrada no mercado (RAMOS, 1966), ao privilegiar o ensino tecnicista o qual prepara os indivíduos para desempenhar papéis consoante suas aptidões (BEHAR et al, 2009), nesse sentido, afirma ainda o autor que diante da realidade das interações *on-line*, parece que o modelo bancário tradicional não mais motiva tanto os estudantes como outrora, uma vez que a Sociedade em Rede, traz à tona o conhecimento como uma realidade imediata e concreta vivida no cotidiano.

Em outra ponta do sistema educacional, abre-se o horizonte da Educação a Distância, um novo paradigma é criado em termos educacionais, o modelo construtivista de educação a distância. Belloni (2006, p.91) explana que “a dificuldade da EAD tem a ver com sua posição de baixo prestígio no campo da educação”, essa dificuldade deriva deste modelo ser um contraponto ao modelo positivista dominante, havendo um hiato de objetivos entre os dois, enquanto um é excluyente por essência, uma vez que prega a competitividade entre os aprendizes, o outro é incluyente, uma vez que entendemos ser o conhecimento uma construção partilhada. Neste sentido, o construtivismo apresenta-se como um modelo educacional que a ser utilizado para um trabalho individualizado e personalizado no atendimento do aluno conforme suas necessidades.

2 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA INCLUSIVA

2.1 CONTEXTO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA INCLUSIVA NO CEARÁ

O estado do Ceará tem um histórico de práticas de EAD que remontam aos anos de 1970, com o Sistema de TV Educativa implantado pelo governo estadual, aonde alunos da rede pública de ensino do então primeiro e segundo grau, assistiam as teleaulas dentro das salas de aula das respectivas escolas e em seguida realizavam sob a supervisão de um orientador de sala as atividades propostas.

Porém, faltava ao sistema proposições de um modelo inclusivo. Em meados da primeira década deste século, surge nas universidades públicas a proposta de um modelo de educação inclusiva através da Universidade Aberta do Brasil (UAB) em parceria com as universidades: Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Universidade Federal do Ceará (UFC), tendo-se como proposta levar a formação universitária ao interior do Estado, ou seja, fazer com que a educação ultrapasse as barreiras geográficas dos muros das universidades. Moore e Kearsley (2008 p.02) definem educação à distância como:

O aprendizado planejado que ocorre normalmente em um lugar diferente do local de ensino, exigindo técnicas especiais de criação do curso e de instrução, comunicação por meio de várias tecnologias e disposições organizacionais e administrativas especiais.

E qual seria então a definição de educação a distância inclusiva? O fato é que na literatura da educação ora analisada não nos deparamos com qualquer autor nacional que tenha imergido no tema para definir o que é educação a distância inclusiva. Tem-se discutido sobre programas de educação a distância inclusiva como é o caso do “Programa de Promoção da Acessibilidade Virtual (PPAV) para a educação de pessoas com deficiência, inscritos nos cursos de tecnólogos e graduação oferecidos na modalidade à distância na metodologia UnisulVirtual”, (MANOEL, 2008, p. 109). Para que haja uma maior abrangência de inclusão das pessoas em programas educacionais, sejam eles formais ou informais, recomendam os estudiosos em educação o aumento do uso da educação a distância (LITTO, 2014).

Temos um *gap* no cenário da EAD no que se refere à educação a distância inclusiva de pessoas com deficiência, a pouca quantidade de pesquisas desenvolvidas para essa modalidade de EaD, suscita-nos a compreensão que é a educação no Brasil, uma teia de relações intrínsecas entre ela e o trabalho. Os modelos de sistemas educacionais instituídos no Estado do Ceará são voltados para a profissionalização de mão de obra capaz de executar as tarefas necessárias às respectivas áreas de formação, não existindo nos programas de ensino a distância instrumentos, meios ou técnicas que possibilitem uma inclusão no atual modelo de EAD do aprendizado para pessoas com deficiência.

2.2 INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO

No cenário atual de um mundo em globalização, a temática da inclusão social tem sido de relevante importância para que os governos se destaquem no âmbito de políticas inclusivas devido à nova filosofia da educação que é a de tornar-se uma educação multidimensional, eclética, sistêmica e universal. Portanto, admite-se ser uma educação pluralista, uma forma de inserção social, especialmente, em localidades de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Neste sentido, Rocha (2008) e Wacquant (2005) apontam que a educação deve ser fomentada pelos governos e sociedade no intuito de reduzir a pobreza.

Inclusão social tem um sentido amplo, perpassando as etnias minoritárias, os pobres, até mesmo as classes sociais mais abastadas que habitam o interior do estado, que apesar de gozarem em suas bases geográficas de certo *status*, não têm acesso a um curso de graduação e de formação de qualidade. A educação das pessoas com deficiência durante muito tempo foi direcionada a escolas “especiais”, locais destinados ao atendimento dessas pessoas no que diz respeito à educação. No entanto, com a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), ao propor que: “as

crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar”, trouxe à tona uma visão diferente da tradicional, convocando os Estados a tratarem como iguais aqueles que eram tratados como diferentes.

Glat e Fernandes (2005), relatam que as primeiras propostas de uma educação inclusiva para pessoas com deficiência partiram dos médicos que acompanhavam os pacientes portadores de algum tipo de deficiência mental. Os especialistas perceberam que muitos dos pacientes poderiam ser inseridos no corpo social se tivessem a oportunidade de aprender como os demais cidadãos.

Ressaltam as autoras que o deficiente é um ser sociável como qualquer outro, e que o estigma e preconceito de diferenciação foram os elementos que mantiveram as pessoas com deficiência fora da escola e do corpo social. No entanto, o modelo tradicional de ensino pareceu ser muito adverso aos propósitos de uma educação inclusiva. A EaD com sua proposta construtivista parece-nos aproximar-se mais de um modelo de ensino que possibilite as pessoas com deficiência mecanismos de aprendizados mais elaborados e específicos para estas pessoas.

2.3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA A DISTÂNCIA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A ruptura do paradigma tradicional de educação confere ao modelo construtivista de EAD, uma promissora forma de levar educação àqueles que por algum motivo ou sorte, não possam corriqueiramente deslocar-se de suas residências (BELLONI, 2006; MOORE E KEARSLEY, 2008). Uma nova porta pode ser aberta, no que diz respeito às práticas de educação inclusiva, principalmente quando falamos de pessoas com deficiências. Entendemos que problemas de locomoção e de acessibilidade, deficiências audiovisuais ou de outras naturezas, que possam dificultar a permanência, por horas afio em salas de aulas não estruturadas para atender as demandas desses cidadãos, podem ser supridas se os mesmos puderem estudar em suas próprias residências.

Mazzoni (2001), frisa que a acessibilidade é o primeiro passo para que o processo de inclusão ocorra. Um modelo de acessibilidade é um processo dinâmico que engloba variáveis tecnológicas, sociais, educacionais, dentre outras, para que haja uma atenção maior as diferenças, sejam elas, raciais, sociais, físicas, mentais, enfim, propiciar o acesso à educação é dar um passo para a inclusão. Moore e Kearsley (2008), relatam ser a EAD um modelo educacional que pode resgatar esse o aspecto de cidadania, daqueles que por algum motivo, não têm um acesso ao sistema educacional vigente. A EaD extravasa os muros da universidade e entra nos lares dos cidadãos, é um meio democrático de educar, onde a relação ensino aprendizado pode proporcionar a inclusão socioeconômica de pessoas que estão fora dos parâmetros da sociedade vigente, seja por motivos econômicos, sociais ou por motivos de algum tipo de deficiência.

Abreu (1999), afirma que o conhecimento intermediado pelas diversas mídias, dar ao cidadão a ação interativa na sociedade contemporânea baseada na tecnologia da era da internet e das redes sociais. O isolamento e o distanciamento dessas redes, colocam o indivíduo numa situação de exclusão. Souza e Leal (2015), deduziram que a EaD é um modelo educacional que permite a ruptura do isolamento do indivíduo e como consequência a sua inserção no seio social, mesmo que este seja o espaço cibernético. Aponto os pesquisadores que o crescimento exponencial da EaD nas duas últimas décadas é um projeto de esperança para os excluídos.

3 METODOLOGIA

A pesquisa ora desenvolvida teve como técnica de pesquisa uma análise bibliográfica dos Projetos de Pedagógicos apresentados ao MEC, por ocasião do credenciamento dos cursos de

administração e administração pública que passaram a vigorar entre 2006 e 2016 em três IES situadas no município de Fortaleza-CE. Foi utilizado como espaço de tempo, o período compreendido entre os meses de setembro de 2009 à março de 2016.. A definição destas IES como amostra se deu devido à atuação direta do pesquisador nos projetos de implantação dos referidos Projetos.

“A escolha de um tema não surge espontaneamente [...]. Surge de interesses e circunstâncias socialmente condicionadas, frutos de determinada inserção no real”, salienta Minayo (1994, p. 90), nesse sentido, uma questão de pesquisa é inicialmente um problema da vida prática, portanto, o estudo ora delineado, tem como razão a vivência do pesquisador ao perceber que os cursos de EAD em seu Estado não propiciam às pessoas com deficiência o acesso ao estudo por meio da educação à distância, renegando a estes o direito a uma forma de educação que lhes possibilitem lidar com os problemas e dificuldades enfrentados no convívio social.

Neste sentido, a valorização do autor por sua vivência profissional é uma vantagem que oportuniza ao pesquisador devido a sua prática empírica conduzir com clareza e concisão o estudo, apresenta ainda a possibilidade de obter dados anteriores à pesquisa, bem como de acionar, quando necessária, a sua rede de contatos para acesso as fontes que se apresentem como necessárias à pesquisa, (O’LEARY, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei nº 13.146, ao definir pessoa com deficiência como sendo aquela que tem impedimentos, como físico, mental, intelectual ou sensorial, como é recente, ou seja, data de 2015, e como as normatizações e os instrumentos de avaliações e de credenciamentos de cursos em EaD, do MEC são documentos elaborados na última década do século passado e alguns do início deste século, portanto, urge adequá-los a nova Lei. A primeira questão levantada pelo nosso estudo é por que as práticas inclusivas em educação a distância não são evidenciadas nos programas e planejamentos de curso? A primeira resposta a essa questão parece simples, poderia ser então a defasagem de tempo existente citada anteriormente.

No entanto, Sasaki, (2010) já sinalizava que não há uma terminologia única capaz de definir bem todas as deficiências, portanto, apesar da defasagem de tempo entre os diversos instrumentos legais, a discussão sobre o assunto não é nova como observamos em Moore e Kearsley, (2008) ao afirmarem que os “alunos com deficiência física também poderão ter acesso aos cursos ministrados às demais pessoas, mesmo permanecendo em suas residências ou instituições”.

Ainda sobre a temporalidade dos instrumentos e normas para os programas de cursos em EaD, Belloni em 2006 frisava que as mudanças deveriam aumentar a oferta de oportunidades de acesso, coadunando com a percepção freiriana da pedagogia da tolerância, a qual prega uma educação que atenda a todas as pessoas. O que foi percebido é que os conteúdos dos programas de cursos em EaD não foram desenvolvidos para atender as pessoas com deficiências, quando muito, existem alguns “arranjos”, isto é, o velho “jeitinho brasileiro” para impressionar os avaliadores, e estes por sua vez, fazem “vista grossa” sobre o assunto.

A literatura nacional e estrangeira apresenta-nos poucos casos de modelos de educação inclusiva de pessoas com deficiência. Ao analisarmos os programas dos cursos de EaD propostos pelas IES, não identificamos modelos de práticas inclusivas nessa área específica. Essa ausência entendemos ser fruto do paradigma positivista educacional brasileiro, que tem a educação como um meio de formação tecnicista voltada para o mercado, Guerreiro Ramos (1996). Portanto, os programas devem atender a uma mão de obra “capaz e sadia”, isto é, programas voltados para pessoas que estejam em pleno gozo de saúde e que não tenham limitações em sua ação

laborativa.

Urge então uma mudança no paradigma, o construtivismo pode ser essa solução, aliado ao sistema de educação a distância, como esclarece Behar et al (2009), ao afirmar que a realidade das interações *on-line*, estão redirecionando a sociedade para novas alternativas de busca do conhecimento e do aprendizado. A Educação a Distância deve, portanto, diferenciar-se do modelo presencial não apenas por suas características intrínsecas, mas também por ser inclusiva. Belloni (2006) alerta que EAD tem uma posição de baixo prestígio na educação, no entanto, a educação a distância tem a possibilidade de ser incluyente, uma vez que as tecnologias hoje utilizadas nesse modelo educacional suplantam as técnicas e tecnologias do sistema presencial.

A educação pluralista, é aquela que busca a inserção social, especialmente quando tratamos de áreas regionais com um baixo IDH, e encontramos nessas localidades um maior número de pessoas com deficiência sem acesso a uma formação educacional. Corroboramos com o pensamento de Rocha (2008) e Wacquant (2005), ao defenderem a educação como meio de redução das diferenças sociais e econômicas. Em última análise, procuramos avaliar como podem ser incluídas práticas ou técnicas de inclusão de pessoas deficientes no modelo de ensino a distância? Verificamos uma negativa de práticas dessa natureza no modelo educacional a distância local.

Entendemos que essa negação deriva do fato de ser o modelo de educação a distância um contraponto ao modelo positivista de educação dominante como atesta Guerreiro Ramos (1996), havendo um hiato de objetivos entre os dois, enquanto um é excluyente por essência, uma vez que prega a competitividade entre os aprendizes, o outro é incluyente, pois tem o conhecimento como uma construção partilhada.

Uma das necessidades humanas é a de pertencimento a um grupo social, assim sendo, criar novos meios de inserção do homem no seio social é atividade primária de qualquer sistema de ensino cidadão, dito de outra forma, urge ter em nosso sistema de ensino práticas ou modelos que possibilitem a todo e qualquer cidadão o acesso a uma educação que lhe possa garantir fazer parte de um grupo social e ainda, prover como fruto desta, seu sustento. Mazzoni (2001), relata que para a inclusão é necessária a acessibilidade, então para que tenhamos uma sociedade mais justa, aonde todos possam em igualdade buscar meios de prover o próprio sustento, a EaD se mostra como essa ferramenta de acesso àqueles desassistidos.

Ficou claro ao longo do presente estudo que o sistema de educação a distância praticado nas instituições de ensino do estado do Ceará, ainda não contemplam uma modelagem capaz de atender as diversas demandas da sociedade, em particular daqueles que necessitam de uma maior atenção e de tecnologias apropriadas para que possam ter acesso a uma educação de qualidade, como é o caso das pessoas com deficiência. Abreu (1999), Souza e Leal (2015), Glat e Fernandes (2005), corroboram a ideia de uma sociedade mais tolerante e inclusiva a partir das relações entre as pessoas nas redes sociais. Este não é um movimento em sentido único aonde as pessoas com deficiência se valem dos meios tecnológicos modernos para se inserirem no corpo social, mas sim um movimento bidirecional, aonde a sociedade tem a obrigação moral de resgatar essas pessoas e aceita-las como elas são. Logo, rever conceitos e reestudar técnicas e metodologias de ensino que possam ser utilizadas para atender as pessoas com deficiência no tocante a educação a distância no estado do Ceará ainda é uma lacuna a ser preenchida. Precisamos de maior engajamento das IES e dos pesquisadores para solucionar esse problema.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Rosa (organizadora). **Incluindo os excluídos: Escola para Todos. Experiências**

de Educação à Distância no Brasil, UNESCO; Brasília, 1999.

BEHAR, Patricia Alejandra. **Modelos Pedagógicos em Educação à Distância**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação à Distância**. Campinas: Autores Associados, 2006.

BRASIL, **Lei nº13.146, de 6 de julho de 2015** – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da Tolerância**. 3ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma Breve Reflexão sobre os Paradigmas Educacionais no Contexto da Educação Especial Brasileira. Faculdade de Educação / Universidade do Estado do Rio de Janeiro. **Revista Inclusão** nº 1, 2005, MEC/ SEESP

LITTO, F. M. As interfaces da EaD na educação brasileira. **Revista USP**, São Paulo, n.100, p. 57-66, 2014. LITWIN, EDITH – **Tecnologia Educacional: Política, Histórias e Propostas**, Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

LITWIN, Edith. **Tecnologia Educacional: Política, Histórias e Propostas**. Porto Alegre, RS: Ed. Artes Médicas, 1997.

MANOEL, Vanessa de Andrade Educação inclusiva na EaD: Programa de Promoção da Acessibilidade Virtual (PPAV). **Ponto de Vista**, Florianópolis, n. 10, p. 107-120, 2008.

MAZZONI, Alberto A. et al. Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n.2, p. 29-34, maio/ago. 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza *et al.* (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. **Educação à Distância: uma visão integrada**. São Paulo: CENAGE Learnig, 2008.

MORAN, José Manuel. Mudanças na educação superior presencial e a distância. **Educação & Linguagem** • V. 12 • N. 19 • 17-35, JAN.-JUN. 2009.

O'LEARY, Zina. **Researching real-world problems: a guide to methods of inquiry**. 1. ed. London: Sage, 2005.

Portal do Servidor. **Conversa Pessoal**. Ano VI. Nº 70. Setembro de 2006. Disponível em: [Acesso em: 29 fev. 2016.](#)

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A redução sociológica**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil , a final, de que se trata?** Rio de Janeiro: FGV 2008.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Eufemismo na contramão da inclusão*. **Reação Revista Nacional de Reabilitação**, ano XIV, n. 74, maio/jun.2010, p.14-17.

SOUZA, Graziela Santana de; LEAL Tiago Anderson Carneiro e Silva. **Educação a Distância no Brasil: Mudança Social e Tecnológica**. 2015. [. Acessado em 25 de março de 2016.](#)

VASCONCELOS, José Gerardo; NASCIMENTO, Jorge Carvalho (organizadores). **História da Educação no Nordeste Brasileiro**. Fortaleza: Edições UFC, 2006.

WACQUANT, Loic. **Os Condenados da Cidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.